



**Semana do
Contador de Maringá**

22/10/2018 a 26/10/2018

Realização: Departamento de Ciências Contábeis



ISSN: 1980-4113

COMPREENSÃO E UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS PELOS CLIENTES DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Wanessa Souza Henrique

Pós-Graduada em Direito e Processo Empresarial e Tributário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); Graduanda (3º ano) em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: wanessahenrique@hotmail.com

Letícia Souza Henrique

Graduanda (3º ano) em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: leticiashenrique@gmail.com

Iasmini Magnes Turci Borges

Mestre em Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Professor Auxiliar (Colaborador) da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 – Campus Universitário – Bloco C23, sala 235 – Maringá-PR

E-mail: iasminiborges@gmail.com

COMPREENSÃO E UTILIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS CONTÁBEIS PELOS CLIENTES DE UM ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE

Resumo

A presente pesquisa tem como escopo analisar a compreensão e utilização dos relatórios contábeis pelos clientes de um escritório de contabilidade de Maringá/PR. Foram analisadas micro e pequenas empresas, dentre outras, que atuam nos ramos de serviços, comércio e indústria, dentre outros. Para tanto utilizou-se de metodologia descritiva e indutiva, de abordagem mista, com estratégias bibliográficas e de levantamento, com informações coletadas no ambiente de campo. Como resultado, observou-se que mais da metade dos clientes não utilizam os relatórios contábeis, pelo seu não entendimento, cujos principais fatores atribuem-se a linguagem e termos técnicos contábeis complexos e de difícil compreensão.

Palavras-chave: Relatórios contábeis; Linguagem; Compreensão e utilização.

Área nº 01: Controladoria e Contabilidade Gerencial.

Subárea nº 1.3: Contabilidade, gestão e análise de custos.

Modalidade: Artigo Científico – Graduação.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é um ramo da ciência social aplicada, cujo objetivo, dentre outros, é de fornecer informação financeira e patrimonial sobre a empresa, ou seja, a sua realidade econômica aos interessados por essa informação, os seus usuários (SILVA e TRISTÃO, 2011). Para tanto ela utiliza de linguagem própria para transmitir essas informações, por meio de relatórios contábeis que informam por exemplo, qual o resultado do período, se a empresa obteve lucro ou prejuízos em determinado exercício, dentre outros.

Os relatórios e demonstrações contábeis são regulamentados por órgãos regulamentadores nacionais e internacionais, bem como legislações, com o escopo de “racionalizar e acelerar o processo de convergência com o padrão contábil internacional” (NIYAMA e SILVA, 2013). Os órgãos responsáveis pela padronização das demonstrações contábeis são o IASB (*International Accounting Standards Boards* – Conselho de Normas Contábeis Internacionais), e são denominadas de IFRS (*International Financial Reporting Standard* – Normas Internacionais de Relatório Financeiro) e IAS (*International Accounting Standard* – Normas Internacionais de Contabilidade), que no Brasil são emitidas traduzidas e adaptadas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ALMEIDA, 2014).

Além do IASB e CPC, as demonstrações contábeis seguem, dentre outros órgãos, os pronunciamentos e orientações da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, CFC – Conselho Federal de Contabilidade e também a Lei 6.404/74 (Lei das S/A). Os pronunciamentos que tratam, em específico, das demonstrações contábeis são: CPC 00 (R1), CPC 26 (R1) e o CPC PME (R1) – este último específico para as Pequenas e Médias Empresas. Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que possuem tratamento diferenciado pela Lei Complementar nº 123/2006, apesar das obrigações tributárias serem reduzidas, os relatórios também são obrigatórios.

Por ter uma linguagem complexa, muitos pequenos e médios empresários acabam não utilizando toda informação referente aos relatórios contábeis, ou nem os utilizando em sua totalidade, sendo um dos motivos a linguagem utilizada pelos mesmos, que pode ser de grande complexidade. Neste sentido, este estudo pretende verificar o nível de conhecimento de pequenos e médios empresários sobre a linguagem utilizada nos relatórios contábeis fornecidos pelo escritório de contabilidade. Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos usuários das informações contábeis quanto a linguagem utilizada nos relatórios e o nível de conhecimento dos mesmos.

Através deste artigo, busca-se apurar se a dificuldade do entendimento da linguagem contábil se encontra nos termos contábeis ou nos próprios usuários, e de que forma o escritório de contabilidade poderia facilitar o uso dessas informações pelos clientes. Dessa forma, analisando qual a exata dificuldade dos usuários da contabilidade *in focu*, mais fácil se torna também o tratamento do escritório de contabilidade para com os mesmos, uma vez que saberão como lidar com o entendimento de seus clientes sobre os relatórios, podendo melhor orientá-los.

A contribuição da pesquisa se evidencia no fato de que os relatórios contábeis são elaborados baseado em normas, e em especial visando aos usuários externos. Uma vez que os usuários da informação contábil não conseguem compreender sua mensagem, o seu principal objetivo pode não ser alcançado, ainda que cumpra todas as normas internacionais de contabilidade exigidas para sua elaboração.

O presente trabalho foi estruturado em cinco partes: a primeira se trata da presente introdução, cujo objetivo é apresentar os problemas e objetivos dessa pesquisa, por segundo em referencial teórico, onde foram abordados os assuntos: informação contábil, usuários da informação contábil e Micro e Pequeno Empresas. Na terceira parte será mencionada metodologia utilizada. Na quarta sessão será apresentada a análise dos dados e por fim, na última sessão apresenta-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Informação Contábil

A contabilidade fornece aos usuários um fluxo contínuo de informações sobre os mais variados aspectos da gestão financeira e patrimonial das empresas, dentre outras informações estruturadas, que permitem que o usuário possa tomar decisões gerenciais (IUDÍCIBUS, 2010). Nesse sentido, Iudícibus (2015) apresenta uma afirmação sobre a contabilidade do *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), que prescreve que a finalidade da contabilidade é prover os usuários dos demonstrativos financeiros que o ajudarão a tomar decisões econômicas.

O autor também afirma que o administrador que sabe utilizar a informação contábil e que conhece suas limitações, tem em suas mãos um poderoso instrumento de trabalho, que lhe

permite tomar decisões visando o futuro com maior segurança, bem como conhecer a situação atual e o grau de acerto ou desacerto de suas decisões passadas. Dessa forma, vê-se clara a necessidade do entendimento da informação contábil, a fim de tomar a melhor decisão sobre sua entidade.

Conforme a Resolução CFC nº 785 do Conselho Federal de Contabilidade, as demonstrações e informações contábeis devem conter tempestividade, integralidade, confiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade. Sempre que houver divergência entre a forma jurídica e a essência econômica de uma informação contábil, o que deve prevalecer é a essência sobre a forma, ideia essa reforçada pelo IASB.

Em 02/12/2011 houve a aprovação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Pronunciamento CPC 00 (R1), que trata da Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro, elaborado em conformidade com o IASB. Ele traz em seu corpo o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, e também conceito relativo à entidade que divulga a informação, dentre outros.

Acerca da informação contábil, o item QC32 assevera que:

QC32. Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.

Nessa mesma data foi aprovado o Pronunciamento CPC 26 (R1), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, trazendo os requisitos gerais e as diretrizes para estruturação dos relatórios e conteúdo. Em seu item 05, o CPC 26 (R1) especifica sobre a terminologia adotada, como se observa:

Este Pronunciamento utiliza terminologia que é adequada às entidades com fins lucrativos, incluindo entidades de negócios do setor público. Caso entidades sem fins lucrativos do setor privado ou público venham a aplicar este Pronunciamento, podem ter que retificar as descrições usadas para itens específicos das demonstrações contábeis e mesmo para as próprias demonstrações contábeis.

O Pronunciamento também apresenta em seu item 9, quais são as demonstrações contábeis utilizados pelos usuários e informa que os nomes das mesmas podem ser alterados desde que não contrariem a legislação vigente.

Em 04/12/2009 por sua vez, foi aprovado o Pronunciamento CPC PME, que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas com Glossário de Termos. Esse Pronunciamento vai ser aplicado em especial para essas empresas, que estão definidas em seu Pronunciamento como o “conjunto composto por sociedades fechadas” e “sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas”.

Além da descrição sobre quem são as Pequenas e Médias Empresas, o Pronunciamento também apresenta o objetivo das demonstrações contábeis, suas características, e definições de Balanço Patrimonial e suas contas Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido; sobre desempenho e resultado, trazendo definições de receitas e despesas; suas mensurações, e em especial, as adequações desse Pronunciamento com os demais.

Para as PMEs, de acordo com o item 3.17, as demonstrações contábeis são:

O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir todas as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação. A demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido. A demonstração do resultado abrangente, quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias.

Em que pese o CPC PME tenha facilitado aos empresários de pequeno e médio porte a adequação às normas internacionais de contabilidade, estes devem sempre considerar o conjunto completo de normas do CPC, para fins de futuro desenquadramento como PME ou abertura de capital (ALMEIDA, 2014). Portanto, todos os empresários, independentemente do porte de sua entidade estão orientados a seguir as diretrizes trazidas pelas normas técnicas.

Conforme mencionado no artigo de Raifur Kos; *et. al.* (2014), a contabilidade tem como objetivo gerar informações dentro e fora da empresa aos seus usuários, devendo essas informações orientar os gestores na tomada de decisões. Dessa forma, as informações devem ser adaptadas de acordo com as necessidades dos usuários, para assim, atingir o objetivo da contabilidade.

2.2 Usuários da Informação Contábil

Recapitulando as ideias anteriormente pautadas, o objetivo principal da contabilidade é fornecer informação relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões, (IUDÍCIBUS, 2015). Para tanto, há que se evidenciar quais são os usuários externos e internos mencionados. Iudícibus (2010) apresenta um rol de grupos de pessoas e de interesses, ressaltando que estes nem sempre coincidem. Dentre elas tem-se:

- a) sócios, acionistas e proprietários de quotas societárias de maneira geral, que estão interessados na rentabilidade e segurança de seus investimentos, e em alguns casos, são responsáveis pela tomada de decisões;
- b) administradores, diretores e executivos dos mais variados escalões, que muitas vezes se confundem nos próprios sócios, e, portanto, são os responsáveis pelas tomadas de decisões;
- c) Bancos, capitalistas, emprestadores de dinheiro, cujo interesse é meramente retorno financeiro;
- d) Governo e economistas governamentais, onde o interesse se vê principalmente na arrecadação de tributos;
- e) Pessoas físicas;

Da mesma forma, o CPC 00 (R1) apresenta no decorrer do Pronunciamento quais são os usuários contábeis, a saber: investidores existentes e em potencial, credores por empréstimos e outros credores, sendo estes classificados como usuários primários; administração da entidade que reporta a informação; outras partes interessadas, quais sejam órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores.

Apesar do CPC 00 (R1) ter priorizado esse primeiro grupo de usuários, também deve-se qualificar como usuários os empregados, fornecedores, clientes e o público em geral (SILVA e NIYAMA, 2013). Sem embargo, a presente pesquisa tem como foco os usuários internos, especificamente os gestores das empresas, que são aqueles diretamente vinculados à entidade a partir do ambiente em que se localizam. Dessa forma, têm-se como usuários

internos para efeitos da presente análise, portanto, os sócios, proprietários, administradores, diretores, ou seja, as pessoas responsáveis pela tomada de decisões em sua entidade.

2.3 Micro e Pequenas Empresas

As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte vêm recebendo tratamento diferenciado desde a promulgação da Lei de nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, o chamado “Estatuto das Microempresas”. Porém o artigo 146 da Constituição Federal de 1988 reformulou as ideias do antigo Estatuto das Microempresas, pelo qual foi criada a Lei Complementar nº 123/2006, que regularizou as obrigações das empresas de pequeno porte e microempresas, vinculando todos os entes federativos, e instituiu o chamado “Simples Nacional”.

A Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 apresenta em seu artigo 3º a definição de micro e pequenas empresas:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

A importância do pequeno empreendedor, compreendido nas microempresas e empresas de pequeno e médio porte (PME), se mostra através de dados estatísticos do SEBRAE, que informou que mais de um quarto do Produto Interior Bruto brasileiro é gerado pelos pequenos negócios. Apresentou também dados sobre os setores de atuação, que mostram que as Micro e Pequenas Empresas já correspondem a 53,4% do PIB do comércio, 22,5% da indústria e já se aproxima das médias empresas (24,5%) nesse mesmo setor, bem como 36,3% do setor de serviços.

Portanto, é notório que as micro e pequenas empresas correspondem a maior parte das entidades atualmente no Brasil. Nesse diapasão, seus sócios, proprietários e administradores necessitam de um entendimento tenaz acerca das demonstrações contábeis. Apesar de existirem legislações trazendo tratamento diferenciado no que se refere à tributação e obrigações acessórias a essas empresas, bem como o Comitê de Pronunciamento Contábil tenha aprovado o Pronunciamento PME (R1) específico para elas, a linguagem contábil é a mesma para qualquer tipo de empresa, independentemente de seu porte.

Portanto, as empresas de pequeno porte devem obedecer criteriosamente aos requisitos exigidos para a elaboração das demonstrações contábeis, não se levando em conta o entendimento de seus principais usuários, seus gestores sobre essas informações que lhe são prestadas.

2.4 A Linguagem da Contabilidade

Hendriksen e Van Breda (1999) levantam apontamentos sobre a linguagem da contabilidade como método de informação, de forma que, para que se entenda a linguagem, e por sua vez, a correta mensagem que a mesma deve passar, o usuário deve compreender todas as palavras, seus significados, bem como seu sentido lógico. Se o usuário entender essas três assertivas (palavras, significado e lógica), ele está fazendo o uso do efeito, significado e gramática da linguagem, atingindo o objetivo da contabilidade como linguagem informacional.

Por sua vez, Iudícibus (2015) assevera que, para que os usuários possam interpretar a informação contábil de forma adequada, e, conseqüentemente, não considerar inútil os demonstrativos contábeis apresentados a ele, ímpar se faz necessário considerar as habilidades dos próprios usuários e sua interpretação. Nesse mesmo sentido, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que a informação contábil deve ser clara e elucidativa para que o processo de comunicação não gere confusões de entendimento, já que sua eficácia tem ligação direta com as limitações de atenção e grau de compreensibilidade de quem a recebe. Dessa forma, através dos estudos desses renomados autores, cristalina se vê que a contabilidade, além de linguagem própria, possui outros fatores determinantes para sua compreensão eficaz, que dentre outros, destaca-se a habilidade e limitações de seus receptores.

2.5 Pesquisas anteriores

Diversas são as pesquisas que envolvem o estudo da compreensão e utilização da linguagem contábil, em especial às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Dias Filho e Nakagawa (2001) analisaram a compreensibilidade das informações contábeis como sendo um dos atributos necessários para que a Contabilidade possa servir ao processo decisório, e dessa forma, até que ponto os usuários dessas informações compreendem as terminologias utilizadas na evidenciação contábil. Atribuiu a Teoria da Comunicação como subsídio para aprimorar as informações contábeis, e sugeriu levantamentos de características que identifiquem as eventuais dificuldades sobre a terminologia contábil.

Nesse mesmo sentido, Stroehler e Freitas (2008) estudaram a identificação das características das informações contábeis e sua utilização para a tomada de decisão em pequenas empresas pelos proprietários e pelos contadores. Verificou-se que os proprietários utilizam as informações contábeis de forma restrita a demonstrativos contábeis, e que devido a este fato, os clientes não as têm utilizado na tomada de decisão. Outro ponto ressaltado foi de que as informações devem ser apresentadas de forma simples e contextualizadas, para possibilitar a compreensão por parte dos pequenos empresários. Verificou-se também, que as relações profissionais entre contadores de empresas de serviços contábeis e os proprietários de pequenas empresas são deficientes no que concerne ao fornecimento mútuo de informações necessárias para a adequada gestão das pequenas empresas.

Cardoso da Silva *et.al.* (2010), investigou como as informações contábeis estão sendo utilizadas pelas micro e pequenas empresas, constatando que 87,3% dos respondentes confiam nas informações contábeis fornecidas, porém 34,5% tem dificuldade em se utilizar dessas informações. Estudos de Raifur Kos, *et.al.* (2014) analisaram a utilização da informação contábil pelos gestores das MPEs em seu processo de gestão, se os mesmos recebem e compreendem essa informação. Como resultados apresentou a necessidade da utilização da informação para orientar os gestores em seu processo decisório, concluindo que os mesmos recebem apenas parte da informação, não as compreendendo, porém as utilizam na tomada de decisões.

Vilas Boas e Morais (2014) realizaram pesquisa de campo, cujo objetivo era verificar qual a percepção de gestores e empresários das micro e pequenas empresas no município de Tangará da Serra/MT, com relação ao uso da informação contábil. Os resultados obtidos

indicaram que a maioria dos gestores e empresários afirmam que a informação contábil é importante para o suporte a gestão das empresas, apesar de 24% deles não utilizarem as demonstrações e relatórios contábeis. Verificou-se também que os relatórios mais utilizados pela contabilidade são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, e que 44% dos gestores possuem dificuldade em utilizar a informação contábil.

A pesquisa de campo de Fiek e Loose (2017) teve como objetivo identificar de que forma as informações contábeis são utilizadas pelos gestores das micro e pequenas empresas no processo de tomada de decisão no município de Cacoal/RO. Como resultados foi constatado que 83% dos gestores das empresas analisadas não utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão, as utilizando apenas para atender exigências fiscais. Também se concluiu que existe uma deficiência no processo decisório por parte dos gestores, que baseiam suas decisões em suas experiências, e não em relatórios contábeis, já que apresentam baixo conhecimento das informações que os relatórios podem fornecer, podendo esse fato estar ligado ao nível de escolaridade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa apresenta caráter descritivo, haja vista que sua função é descrever características e fenômenos de uma determinada amostra, por meio de coleta de dados (GIL, 2008). No que diz respeito à natureza da pesquisa, a mesma classifica-se como pesquisa aplicada, já que serão coletadas informações sobre a compreensibilidade dos relatórios contábeis pelos usuários internos, quais sejam, os clientes de um escritório de contabilidade.

No que se refere à abordagem da pesquisa, a mesma se trata de pesquisa qualitativa e quantitativa. Segundo Gil (1989), quantitativa pois vem acompanhada de um questionário, cujo objetivo é mensurar os fatos de uma determinada amostra. Qualitativa, também de acordo com Gil (1989), pois apresenta questões abertas e exploratórias com essa mesma amostra, possuindo, pois, análise subjetiva e interpretativa, trabalhando com peculiaridades.

No que tange à estratégia de pesquisa, a mesma classifica-se como bibliográfica e de levantamento. Bibliográfica, já que, segundo Gil (2002), desenvolve-se com base em material já existente, como artigos científicos e livros. Levantamento já que, de acordo com Prodanov

e De Freitas (2013, p. 57), “envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário”.

Quanto ao método de abordagem utilizado, a pesquisa se utiliza do método indutivo. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 86), “indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Com relação ao ambiente de pesquisa, o presente artigo classifica-se como pesquisa de campo, o que, conforme Prodanov e Freitas (2013), tem o escopo de alcançar informações por meio de coleta de dados sobre o tema pesquisado.

A presente pesquisa se utilizou de um questionário elaborado a partir dos objetivos descritos na introdução do exposto estudo, cuja estrutura representa uma série de perguntas cujas respostas são objetivas e subjetivas, com as devidas instruções, de forma a facilitar e explicar a importância e o propósito das mesmas.

No que concerne à análise dos dados coletados, a presente pesquisa foi realizada através da análise descritiva, por meio da qual, após análise e interpretação dos dados coletados mediante a aplicação do questionário, teve o escopo de confrontar dados e provas, para confirmar ou rejeitar hipóteses ou pressupostos da pesquisa, em conformidade com o que leciona Prodanov e Freitas (2013, p. 112).

A presente pesquisa teve como base para a elaboração das questões o artigo de Raifur Kos, *et.al.* (2014). Demais questões foram elaboradas pelos autores, com fulcro no objetivo principal da pesquisa. O questionário, elaborado pela ferramenta *Google Forms*, foi enviado via correio eletrônico para 46 empresas. Como a quantidade de respostas foram pequenas no início, os autores decidiram entrar em contato com os clientes de outras formas, obtendo um total de 17 respostas até o dia 16 de julho de 2018, através das quais passaram à análise.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Descrição da Amostra

A pesquisa foi aplicada para 46 (quarenta e seis) empresas, clientes de um escritório de contabilidade, onde o retorno obtido foi de 37% das respostas, ou seja, foram respondidos um total de 17 (dezessete) questionários. Essa amostra foi direcionada aos gestores das

empresas, que possuem o poder de decisão dentro da mesma. Dentre os respondentes, 70,59% são os próprios proprietários, 23,53% são exercidos por familiares dos proprietários, e apenas 5,88% das empresas aplicaram esse cargo de decisão a um terceiro.

Nessa amostra encontram-se gestores das áreas comercial, industrial, de serviços, transporte, agropecuária e entidades. A maior área de atuação desses gestores está em empresas no ramo de serviços, com 35,29% dos respondentes, seguidos pelo comércio com 29,41% e indústrias com 17,65%. Os demais obtiveram um percentual de 5,88% cada.

Das empresas da amostra, no que concerne ao regime de tributação, as Microempresas somaram 52,49% dos respondentes, seguidas das Empresas de Pequeno Porte, que somaram 23,53%. Apenas uma empresa se enquadrou como de Médio Porte, bem como obteve-se o mesmo resultado com relação a outras empresas, que se enquadraram como Lucro Presumido, Simples Nacional e até mesmo “*sem fins lucrativos*” (resposta aberta).

Quanto ao perfil dos respondentes, 64,71% são do sexo masculino e 35,29% do gênero feminino. Dos gestores, 52,94% possuem idade entre 36 a 50 anos, 29,4% entre 26 e 35 anos e 17,6% acima de 51 anos. A formação acadêmica predominante é a de Ensino Médio, com 47,06% dos respondentes, Graduação com 29,41% e Pós-Graduação com 17,65%. Apenas 5,88% dos gestores responderam Ensino Fundamental Completo, sem nenhum respondente analfabeto.

Da mesma forma, o resultado da análise da pesquisa de Raifur Kos, *et.al.* (2014), observou-se que a maioria dos gestores da amostra têm idade dentre 31 e 45 anos, e que metade dos gestores tem apenas o ensino médio e a outra metade possui curso superior.

Quanto ao faturamento anual, 47,18% dos respondentes estão na faixa entre R\$ 60.000,00 (sessenta mil) e R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil); 17,65 responderam não possuir as informações necessárias; 11,76% responderam faturar até R\$ 60.000,00 (sessenta mil); 11,76% responderam que faturam entre R\$ 360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) e R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e 11,76% responderam faturar acima de R\$ 3.600.000,01 (três milhões e seiscentos mil reais e um centavo).

Com relação à quantidade de funcionários, 41,18% dos respondentes possuem de dois a nove funcionários, seguido por 23,53% das empresas que não possuem nenhum funcionário, 17,65% que possuem apenas um funcionário e 17,65% que possuem de dez a quarenta e nove funcionários. Das empresas dessa amostra, 94,12% dos respondentes utilizam apenas serviços

de contabilidade externa, qual seja o escritório de contabilidade em questão, e apenas 5,88% dos respondentes se utiliza, além do escritório de contabilidade, de empresa de consultoria.

4.2 Análise da Utilização e Compreensão dos Relatórios Contábeis

Quanto à análise da utilização e compreensibilidade dos relatórios contábeis, num primeiro momento foram aplicadas questões objetivas, e dentre essas, algumas com a opção “outro”, caso não tivesse a opção em que a empresa se enquadrasse. Para tanto, foi questionado se a empresa utiliza os Relatórios Contábeis, como Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Fluxo de Caixa, dentre outros, bem como fora colocado algumas finalidades em razão de sua frequência. Na questão aplicada, os respondentes tinham a opção de utilização dos relatórios contábeis para a tomada de decisões de investimentos, formação de preço de vendas, empréstimos junto a financeiras/bancos, análise do desempenho da empresa, avaliação do custo da mercadoria e indicadores, em contrapartida com a frequência com que eram utilizados para essas finalidades, com as opções: não utilizavam, pouco utilizavam, frequentemente utilizavam, ou sempre utilizavam.

Como resultado, conforme observa-se na tabela abaixo, nota-se que, de maneira geral, em média 52,94% dos gestores não utilizam os relatórios contábeis para nenhuma das finalidades apontadas. Entre 17,65% e 23,53% dos gestores pouco utilizam, entre 11,76% e 17,65% frequentemente utilizam, e apenas 5,88%, variando até 11,76% dos gestores, dependendo da finalidade, sempre utilizam os relatórios.

	Sempre utiliza	Frequentemente utiliza	Pouco Utiliza	Não Utiliza	Total das respostas
Indicadores	11,76%	17,65%	23,53%	47,06%	100%
Avaliar Custo da mercadoria	5,88%	17,65%	17,65%	58,82%	100%
Análise de desempenho da empresa	17,65%	17,65%	17,65%	47,06%	100%
Empréstimos a financeiras/bancos	5,88%	17,65%	17,65%	58,82%	100%
Formação no Preço de Vendas	5,88%	17,65%	23,53%	52,94%	100%
Tomada de decisão de investimentos	11,76%	11,76%	23,53%	52,94%	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 1 – Utilização dos relatórios contábeis em função da finalidade pelos gestores.

Fora perguntado também, qual a percepção dos gestores sobre a necessidade de elaboração dos relatórios contábeis. Além disso, se atribuiu nota de um a cinco, em que a nota um seria considerar completamente inútil a elaboração das demonstrações contábeis, e a nota cinco completamente útil. Dos respondentes, 35,29% consideraram a elaboração dos relatórios completamente útil, atribuindo nota cinco, e da mesma forma, 35,29% atribuíram nota quatro; 23,53% atribuíram nota três, e apenas 5,88% dos respondentes atribuíram nota um.

Por sua vez, o estudo de Raifur Kos, *et.al.* (2014) apresentou em sua análise que maioria dos respondentes menciona fazer uso da informação em seu processo decisório, porém parte considerável dos gestores justificam não receber informações consideradas necessárias ou úteis oriundos da contabilidade.

Quando questionados qual seria seu entendimento sobre a finalidade dos principais relatórios contábeis, quais sejam o Balanço Patrimonial, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado do Exercício, fora atribuído uma escala de um a cinco, onde um seria não entender nada, e cinco entender perfeitamente. Conforme verifica-se na tabela abaixo, é possível perceber que em todos os relatórios os níveis de variação das respostas foram altos.

	Balanço Patrimonial	Demonstração Fluxo de Caixa	Demonstração do Resultado do Exercício
Não entendo	5,88%	5,88%	11,76%
Entendo pouco	23,53%	23,53%	23,53%
Entendo razoavelmente bem	35,29%	23,53%	17,65%
Entendo bem	17,65%	23,53%	29,41%
Entendo perfeitamente	17,65%	23,53%	17,65%
Total das respostas	100%	100%	100%

Fonte: pesquisa de campo.

Tabela 2 – Entendimento sobre a finalidade dos Relatórios Contábeis

Com relação ao Balanço Patrimonial, 17,65% dos gestores responderam entender perfeitamente, opção cinco, seguido de 17,65% opção quatro, 35,29% opções três, 23,53%

(opção dois, e apenas 5,88% respondeu não entender. No que lhe concerne o estudo de Raifur Kos, *et.al.* (2014) as respostas apresentadas ao entendimento desse relatório, onde o valor atribuído foi de nota 1 para entendimento muito alto e 5 para entendimento muito baixo, verificou-se que 14,58% dos respondentes atribuíram nota 1 (entender perfeitamente), 16,67% nota 2, 33,3% nota 4 e 35,42% nota 5 (não entender).

Com relação à Demonstração do Fluxo de Caixa, 23,53% dos respondentes selecionaram a opção número cinco (entender perfeitamente), e o mesmo percentual foi repetido nos números quatro, três e dois, tendo apenas 5,88% dos respondentes no número um (não entender).

Por fim, com relação à Demonstração do Resultado do Exercício, 17,65% responderam a opção cinco, entender perfeitamente, 29,41% responderam a opção quatro, 17,65% a opção três, 23,53% a opção dois e 11,76% responderam a opção um, não entender sobre sua finalidade.

Em seguida, foram realizadas perguntas sobre os níveis de satisfação dos clientes com relação a determinados aspectos do escritório de contabilidade, atribuindo-se notas de um a cinco, onde um correspondia a estar muito insatisfeito e cinco muito satisfeito. Ao serem questionados quanto ao fornecimento com relação aos relatórios contábeis, 82,35% dos respondentes atribuíram nota máxima (cinco), onde estavam muito satisfeitos com a prestação de serviços realizada pelo escritório, e 17,65% atribuíram nota quatro. As demais notas não tiveram seleções.

Em que pese o nível de satisfação pelos gestores, conforme tabela 1 foi possível verificar que a maioria dos mesmos gestores que afirmam estarem satisfeitos quanto ao fornecimento dos relatórios não os utilizam, se apontando uma leve incoerência nas respostas por partes dos mesmos.

Quanto à nota referente ao fornecimento de esclarecimento de dúvidas referentes aos relatórios fornecidos, 76,47% dos respondentes atribuíram nota cinco (muito satisfeitos), 17,65% atribuíram nota quatro, e apenas 5,88% dos respondentes atribuíram nota três. Não houve opções para as notas dois e um.

Fora questionado que fator poderia ser atribuído ao não entendimento e/ou dificuldade na análise dos relatórios contábeis pelos gestores. Dentre as respostas, 64,71% dos respondentes atribuíram a dificuldade do entendimento dos relatórios na linguagem e termos técnicos contábeis, seguido de 11,76% atribuírem a palavras desconhecidas. Os demais

fatores tiveram apenas 5,88% cada, das quais obteve-se as seguintes respostas: os dados não condizem com a realidade da empresa, falta de interesse da parte do gestor, “*para a utilização que se dá a empresa os relatórios não são necessários*”; “*por ser empresa rural, a contabilidade é feita de outra forma*”; “*nada a declarar*”.

Em contrapartida, fora perguntado o que a empresa (na pessoa de seus gestores) gostaria que o escritório fizesse em relação aos relatórios contábeis, de modo a facilitar seu entendimento e compreensão. Dentre as respostas, 58,82% dos respondentes assinalaram a opção sugerida de “*relatórios com linguagem mais simplificada*”; 17,65% responderam que gostariam um manual explicativos dos relatórios; 11,76% responderam que gostariam de outras formas de elaboração dos relatórios, porém não especificaram quais; e os demais, cada um com 5,88% dos gestores responderam por: reunião com os clientes, “*oferecer esse tipo de serviço*”, “*nada a ponderar*” e “*não tem necessidade*”.

Ao final do questionário objetivo, foram colocadas questões subjetivas, onde os respondentes poderiam discorrer com suas palavras o que eles entendem sobre alguns termos contábeis, como “despesa contábil”, “receita contábil”, “lucro contábil” e “custo contábil”. Em uma análise qualitativa das respostas, percebe-se que alguns usuários não tem a menor ideia do que são esses termos, como por exemplo, quando questionados sobre Receita Contábil, ter como respostas: “*despesas gastas que geram receitas*”, “*Despesas Municipais e Estaduais notas e prestação de serviço*”, ou “*as despesas que a empresa tem*”.

Em contrapartida alguns, ainda que de forma simples, conseguiram chegar perto de suas definições, como exemplo no caso de Receita Contábil, em que se obteve respostas como: “*Valor proveniente da venda dos produtos da empresa*”, ou ainda sobre o Lucro Contábil, respostas como “*Resultado da receita contábil menos deduções*”, e “*Lucro Contábil é a receita total menos todos os custos na produção de bens e serviços. Do ponto de vista econômico, a receita total deve cobrir todos os custos e gerando uma diferença a considerar como resultado líquido e ou superavit líquido*”; bem como de Custo, que foi o que melhor se aproximou, com respostas como: “*São de modo geral as despesas que incorrem de maneira direta e indireta para produção de um bem e ou prestação de serviços. Ex.: o tempo gasta se considera um custo que deve ser considerado para formação de preços*” e “*Gastos voltados diretamente a produção*”. Despesa e Receita Contábil foram as definições com o maior índice de erros, apesar de, todas as questões, ter sido apresentadas respostas como “*não entendo*”, “*não entendo nada*”, “*não sei*” ou “*não utilizo*”.

Quanto à pesquisa de Raifur Kos, *et.al.* (2014), foi constatado que a maior dificuldade do usuário da informação está nos termos de Receita e Despesa Contábil, e que o termo Custo apresenta dificuldade de compreensão. Em uma análise qualitativa das respostas, concluíram que alguns usuários não entendem de forma alguma o significado de algumas expressões contábeis, como “Lucro Contábil”, e que por sua vez, alguns respondentes demonstraram grande domínio dos termos em suas respostas. A Receita Contábil foi o termo com maior índice de erro encontrado.

Dessa forma, fica evidente a dificuldade dos gestores em entender e interpretar um relatório contábil, quando os mesmos não conseguem compreender conceitos fundamentais de sua elaboração, que fazem parte da rotina contábil, financeira e patrimonial de sua empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade utiliza de linguagem própria para transmitir informações necessárias para a tomada de decisões pelos seus gestores, informações estas, encaminhadas às empresas através do escritório de contabilidade, através de relatórios contábeis. A pesquisa apresentada teve como foco clientes de um escritório de contabilidade, em sua maioria micro e pequenos empresários dos mais diversos ramos. Através de um questionário foi possível analisar a utilização e compreensão dos relatórios contábeis pelos gestores dessas empresas, bem como traçar um perfil dos mesmos.

Da análise das respostas obtidas, mais de dois terços (média de 76,47%) dos respondentes são enquadrados como micro e pequenos empresários, atingindo assim nosso foco proposto. Nota-se que os gestores que não utilizam ou pouco utilizam os relatórios contábeis somam a maioria (mais de dois terços dos respondentes), apesar de 70,59% responderem achar necessário sua elaboração, bem como a maioria dos mesmos gestores que afirmam estarem satisfeitos quanto ao fornecimento dos relatórios, o que demonstra um paradoxo na análise de suas respostas.

Quanto ao entendimento e compreensão dos relatórios, nota-se que há uma variação significativa entre “pouco entender” e “entender perfeitamente” suas finalidades, sendo o fator mais relevante do não entendimento a própria linguagem diferenciada da contabilidade e seus termos técnicos, bem como as palavras desconhecidas, que juntas somaram 76,47% dos

respondentes. Dessa forma, concluiu-se que 58,82% dos gestores gostariam que os relatórios tivessem uma linguagem mais simplificada.

Com base no estudo de pesquisas anteriores, nota-se que a dificuldade encontrada na compreensão dos relatórios contábeis é recorrente entre os gestores, e por consequência, os relatórios contábeis não são utilizados de maneira eficiente, de forma que a maioria dos usuários não utilizam os relatórios para a tomada de decisões.

Haja vista os relatórios contábeis serem todos fundamentados em normas que devem ser seguidas, não havendo, portanto, modo de elaborar os mesmos de forma mais simplificada sem que seja atendido todos os requisitos exigidos para sua validade, vê-se uma necessidade por parte dos escritórios de contabilidade de auxiliar os seus clientes, de forma a minimizar essa dificuldade de entendimento pelos mesmos. Através da pesquisa foi observado que a dificuldade em compreender os relatórios contábeis não se concentra apenas na linguagem complexa e única da contabilidade, mas também nas limitações e falta de interesse dos próprios empresários.

Dessa forma, o escritório de contabilidade, em particular a figura do contador, além de prover as informações contábeis pertinentes, pode se tornar um parceiro de seus clientes. Seja através de reuniões ou até mesmo pela criação de um manual explicativo, como sugerido pela pesquisa, a compreensibilidade pelos mesmos pode ser mais acessível, de forma a aumentar sua utilização por parte deles, já que muitos deixam de utilizá-los, inclusive para tomada de decisões sobre a própria empresa, por não saber interpretá-los.

Cabe, portanto, uma conscientização por parte dos contadores e escritórios de contabilidade, bem como dos próprios clientes sobre a importância da utilização e compreensão dos relatórios contábeis, de forma que o escritório de contabilidade deve ser um aliado ao gestor, principalmente para a tomada de decisões no que se refere à sua empresa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC:** atende à programação do 1º ano dos cursos de ciências contábeis, administração de empresas e economia. São Paulo: Atlas, 2014. p. 2.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 12 jul 2016.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 16 mai 2018.

CARDOSO DA SILVA, Daniel José; MIRANDA, Luiz Carlos; RATTACASO FREIRE, Deivisson, et.al. Para que Serve a Informação Contábil nas Micro e Pequenas Empresas?. Revista Contemporânea de Contabilidade 2010, 7 (jan-jul). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76220594005>> ISSN 1807-1821. Acesso em: 26 set 2018.

DIAS FILHO, José Maria. A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. Cad. estud., São Paulo, n. 24, p. 38-49, dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92512000000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr 2018.

DIAS FILHO, José Maria; NAKAGAWA, Masayuki. Análise do Processo da Comunicação Contábil: Uma Contribuição para a Solução de Problemas Semânticos, Utilizando Conceitos da Teoria da Comunicação. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.15, n. 26, p. 42 - 57, maio/agosto 2001.

FIEK, Nilton; LOOSE, Cleberson Eller. Uso Das Informações Contábeis nas Micro e Pequenas Empresas. ISSN: 2237-8057. DOI: 10.18227/2237-8057rarr.v7i2.4166. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/adminrr/>>. Acesso em 26 set 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008. 6. ed.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Atlas: 2002. 4. ed.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas: 1989. 2. ed.

HENDRIKSEN, S. Eldon; BREDA, F. Michael. **Teoria da contabilidade.** 5ª ed. Atlas, São Paulo, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2015. 11. ed.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et. al. **Contabilidade Introdutória.** Atualizada de acordo com as leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. São Paulo: Atlas, 2010. 11. ed. p. 03.

KOS, Sonia Raifur; ESPEJO, Marcia Maria dos Santos Bortolucci; RAIFUR, Léo, et. al. Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Universidade Estadual de Maringá, v. 33, n. 3, set/dez, 2014. pp. 35-50.

MACÊDO, João Marcelo Alves; PEREIRA, Luiz Arthur Cavalcanti; ANJOS, Luiz Carlos Marques dos. et al. Informação contábil: usuário interno, externo e o conflito distributivo. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v.13, n.3, p.1, set-dez 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas: 2003. 5. ed.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2013. 3. ed. p. 17.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013. 2. ed.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2011. 4. ed. 3. reimp. p. 5.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista RAUSP-e**, v.1, n.1, Jan-Jun 2008.

VILAS BOAS, Riky Grachecki; MORAIS, Márcio Íris de. Informação Contábil Nas Micro e Pequenas Empresas: Uma Pesquisa De Campo Na Cidade De Tangará Da Serra – MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, vol. 3. N. 6. Jul - Dez 2014.